
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Nota 1 – Contexto Operacional

A Empresa PODIUM MARMORES E GRANITOS S/A é uma sociedade anônima fechada, com sede à Rua Bernardo Peccini, nº 274, Bairro Localidade Corrego do Cedro, Município de Cachoeiro de Itapemirim ES, CEP 29.315-829, desenvolvendo como atividade econômica principal o aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras.

Nos termos da Ata de Reunião realizada em 01/12/2025, o sócio por unanimidade deliberou pela TRANSFORMAÇÃO do tipo social da Sociedade PODIUM MÁRMORES E GRANITOS LTDA. para SOCIEDADE ANÔNIMA POR AÇÕES DE CAPITAL FECHADO, passando assim a sociedade, a partir da data de registro perante o órgão de registro do comércio competente (JUCEES – Junta Comercial do Estado do Espírito Santo) adotar a denominação social de PODIUM MÁRMORES E GRANITOS S/A. conforme alteração contratual registrado na JUCEES em 01 de dezembro de 2025 sob o nº 32300048161.

Nota 2 – Resumo das principais políticas contábeis adotadas e apresentações das Demonstrações Contábeis**Nota 2.1 – Bases de elaboração e atestado de conformidade**

As demonstrações contábeis da PODIUM MARMORES E GRANITOS S/A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 1000 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e publicada no Diário Oficial da União em 01 de novembro de 2016, a qual trata do Modelo Contábil para Pequenas e Médias Empresas.

Nos casos em que a NBC TG 1000 (R1) não contempla uma política contábil específica, a entidade adotou, de forma subsidiária, as normas completas emitidas pelo CFC, conforme permitido.

As demonstrações contábeis abrangidas pela NBC TG 1000 (R1) incluem:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração do Resultado Abrangente (DRA);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

A empresa não apresentou Resultado Abrangente (DRA) no Exercício de 2025

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de forma consistente ao longo do exercício.

Nota 2.2 – Moeda Funcional de Apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis aprovadas pela administração. Todas as transações são registradas com base nessa moeda, que reflete o ambiente econômico no qual a empresa atua.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Nota 2.3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores registrados no disponível incluem-se dinheiro em caixa, os saldos positivos em contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de liquidez com vencimentos originais de até 90 (com risco insignificante de mudança de valor).

Nota 2.4 - Clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo, correspondendo a valores faturados referentes à prestação de serviços a prazo. Esses valores são pré-fixados e não estão sujeitos a atualização monetária, representando direitos certos de recebimento pela empresa.

Nota 2.5. Tributos e Contribuições

Os Tributos e Contribuições é composta por créditos tributários decorrentes de recolhimentos antecipados, retenções na fonte, saldos negativos de tributos e demais valores passíveis de compensação com tributos federais, estaduais ou municipais vincendos, conforme a legislação tributária aplicável.

Os valores registrados nessa conta serão utilizados para compensação de obrigações tributárias futuras ou poderão ser objeto de pedido de restituição, quando cabível, estando demonstrados pelo seu valor realizável na data das demonstrações contábeis.

Nota 2.6 - Estoques

Os estoques estão avaliados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido realizável, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques.

Os custos dos estoques compreendem os custos de aquisição e produção, tributos não recuperáveis, fretes e outros gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e insumos, deduzidos de descontos comerciais.

O valor líquido realizável representa o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e os gastos necessários para a realização da venda.

A empresa realiza periodicamente análises para identificação de estoques obsoletos ou danificados. Quando identificadas perdas prováveis são reconhecidas, com base em critérios técnicos e histórico de vendas.

A mesma adota controles internos e sistemas de gestão integrados para garantir a acuracidade na apuração e contabilização dos estoques em conformidade com as políticas comerciais da empresa.

Nota 2.7. Investimentos**2.7.1. Investimentos em Cooperativas**

O investimento é representado pelas cotas de capital em cooperativa de crédito, especificamente no Sicoob Credirochas, classificado como investimento permanente, tendo em vista o caráter institucional e a intenção de manutenção de longo prazo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Tal investimento é contabilizado ao custo de aquisição, com ajustes periódicos decorrentes de:

- Atualizações monetárias e/ou incidência de juros sobre o capital investido, conforme previsto nos estatutos das cooperativas;
- Distribuição de sobras líquidas (resultados apurados pelas cooperativas ao final de cada exercício), quando deliberada em assembleia e proporcional à participação da empresa no capital social.

Esse investimento não é negociado em mercado ativo e não possui cotação de mercado disponível, o que justifica a adoção do custo como base de mensuração. A empresa acompanha periodicamente a evolução patrimonial das cooperativas com o objetivo de avaliar eventuais perdas no valor recuperável do investimento.

Nota 2.8 - Imobilizados

Os imobilizados e intangíveis são registrados ao custo histórico de aquisição que inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os bens são depreciados/amortizados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas pela Secretaria da receita Federal

- Computadores e Periféricos - 5 Anos
- Imóveis - 25 Anos
- Maquinas e Equipamentos e Ferramentas - 10 Anos
- Moveis e Utensílios/Instalações – 10 Anos
- Veículos - 5 Anos

Redução ao valor Recuperável de Ativos – Impairment

A Empresa no mínimo uma vez ao ano com o objetivo de determinar e avaliar se há circunstâncias e indicação que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Havendo indicações relevantes para tal reconhecimento, a empresa realiza a devida provisão para perdas por desvalorização.

Nota 2.9 - Fornecedores

As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo valor justo na data de sua contratação, representando os valores a pagar por bens e serviços adquiridos no curso normal das operações da empresa. Esses passivos são registrados com base em documentos fiscais e comerciais, observando os prazos acordados com os respectivos credores.

Nota 2.10 – Empréstimos e Financiamentos

A Empresa possui contratos de empréstimos e financiamentos firmados com instituições financeiras para fins de capital de giro, aquisição de ativos e/ou investimentos operacionais. Esses contratos estão registrados no passivo da companhia e seguem as normas contábeis vigentes, especialmente os princípios do regime de competência e do custo amortizado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Nota 2.11. Obrigações Trabalhistas

As obrigações trabalhistas abrangem salários, encargos sociais (INSS, FGTS) e benefícios pactuados contratualmente ou por convenção coletiva. Os valores são reconhecidos pelo regime de competência, conforme a legislação trabalhista e previdenciária vigente.

Nota 2.12. Retiradas Pró-labore

As retiradas a título de pró-labore referem-se à remuneração dos sócios administradores pelos serviços prestados à sociedade, conforme previsto no contrato social e nas deliberações dos sócios.

As retiradas foram devidamente escrituradas e sofreram a incidência das contribuições previdenciárias obrigatórias, conforme determina a legislação tributária brasileira. Não houve pagamento de bônus, gratificações ou outras formas de remuneração além do pró-labore aos sócios durante o período.

A política de remuneração dos administradores segue critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando as atividades desempenhadas e a situação econômico-financeira da empresa.

Nota 2.13. Impostos e Contribuições Federais

A sociedade é optante pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido, com apuração dos tributos federais conforme o regime de competência. O IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) são apurados trimestralmente com base presumida de 8% para IRPJ e 12% CSLL sobre a receita bruta oriunda da venda e revenda de mercadorias, aplicando-se, respectivamente, as alíquotas de 15% e 9%.

O PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) são calculados de forma cumulativa, aplicando-se as alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente, sobre o faturamento bruto, conforme determinações da Lei nº 9.718/98 e alterações posteriores. São observadas eventuais deduções e exclusões previstas na legislação vigente.

Nota 2.14. Demais Contas a Pagar

Incluem despesas administrativas e operacionais como energia, telefone as antecipações de clientes, registradas pelo regime de competência.

Nota 2.15. Lucros Acumulados Até 31/12/2025 a Pagar – Isentos de IRRF

O saldo da rubrica “**Lucros Acumulados Até 31/12/2025 a Pagar**” é composto por lucros provenientes de exercícios anteriores, regularmente apurados até 30 de setembro de 2025, os quais foram destinados a sócio e mantidos registrados em conta específica de obrigação a pagar.

A destinação decorre da adequação da Companhia às disposições introduzidas pela Lei nº 15.270, com o objetivo de preservar o tratamento tributário aplicável aos lucros apurados até 30 de setembro de 2025. Dessa forma, os valores foram segregados e registrados na conta

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

“Lucros Acumulados Até 31/12/2025 a Pagar – Isentos de IRRF”, permanecendo disponíveis para futura distribuição.

A deliberação referente à destinação desses lucros foi devidamente formalizada e registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo – JUCEES, em conformidade com as exigências legais vigentes, mantendo-se a isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre tais valores quando de sua efetiva distribuição.

Nota 2.16 - Capital Social

O capital social da empresa representa os valores integralizados pelos sócios, conforme disposto no contrato social e suas alterações posteriores devidamente registradas. A integralização pode ocorrer em moeda corrente ou em bens, conforme pactuado. O capital é evidenciado no patrimônio líquido e serve como base para as deliberações societárias e distribuição de lucros, nos termos do Código Civil e das normas contábeis aplicáveis.

Nota 2.17 - Lucro a Disposição da Administração/Prejuízos Acumulados

Os lucros à disposição da administração representam os resultados acumulados ao final do exercício social, que ainda não foram objeto de distribuição aos sócios. Este saldo pode incorporar lucros retidos, ajustes de exercícios anteriores e prejuízos acumulados. Sendo o resultado negativo no exercício social, considera-se que a empresa teve Prejuízo Acumulado, ao qual será classificado como prejuízo acumulado no patrimônio líquido, conforme orientação do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Nota 2.18. Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos é registrada de acordo com o pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Quando houver deliberação formal, por meio de ata de reunião ou assembleia de sócios, a obrigação é registrada como passivo exigível. Caso a distribuição seja apenas prevista, sem formalização, o valor é deduzido diretamente do patrimônio líquido. A política de distribuição obedece às disposições legais e contratuais da sociedade.

Nota 2.19. Eventos Subsequentes

A empresa monitora e divulga eventos subsequentes relevantes ocorridos após o encerramento do exercício social, conforme disposto na NBC TG 24 – Evento Subsequente.

Até a data da conclusão destas demonstrações, não ocorreram eventos com impacto material que exigissem divulgação adicional.

Nota 2.20 - Reconhecimentos de resultados**Receitas de Vendas**

As receitas decorrentes da venda e revenda de mercadorias são reconhecidas no resultado do exercício no momento em que os riscos e benefícios significativos da posse dos produtos são transferidos ao comprador, geralmente no ato da entrega das mercadorias ou conforme estabelecido contratualmente com o cliente, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Trata-se de operações típicas da atividade da empresa no curso normal dos negócios.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Os tributos destacados nas notas fiscais, como ICMS, PIS e COFINS, são deduzidos da receita bruta para apresentação da receita líquida.

As receitas são apuradas com base na competência, refletindo exclusivamente os valores relacionados ao período de competência, independentemente de seu recebimento. A empresa adota controles internos para garantir a adequada contabilização das receitas de vendas, incluindo a conciliação entre os sistemas de vendas, estoque e contabilidade.

Outras Receitas Operacionais

As Outras Receitas Operacionais referem-se às receitas auferidas pela Entidade que não se enquadram diretamente nas atividades principais de prestação de serviços ou venda de bens, mas que contribuem para a formação do resultado do exercício.

No período, essas receitas foram compostas pelos seguintes itens:

- **Rendimento sobre Aplicações Financeiras:** receitas obtidas com a rentabilidade de recursos aplicados em instituições financeiras, respeitando as políticas de investimentos da Entidade;
- **Descontos Obtidos:** receitas financeiras originadas de acordos comerciais em que a Entidade obtém antecipação de pagamentos junto a fornecedores com descontos, sendo os juros reconhecidos como receita no momento em que a operação é realizada, de acordo com o regime de competência e em conformidade com as práticas contábeis adotadas.
- **Juros sobre Recebimento de Duplicatas:** receitas financeiras decorrentes da cobrança de juros por atraso no pagamento de duplicatas emitidas pela Entidade, registradas quando da efetiva realização do crédito, de acordo com os critérios de reconhecimento de receitas. Essas receitas são reconhecidas conforme o regime de competência, atendendo às normas contábeis vigentes.
- **Incentivo Fiscal – COMPETE/ES:** refere-se ao benefício fiscal concedido pelo Estado do Espírito Santo, por meio do Programa de Competitividade (COMPETE/ES), que tem como objetivo incentivar o desenvolvimento econômico por meio da concessão de créditos presumidos de ICMS. Os valores reconhecidos correspondem aos incentivos efetivamente usufruídos pela Entidade no período, registrados conforme o regime de competência e em conformidade com as normas contábeis vigentes, sendo classificados como outras receitas operacionais em virtude de seu caráter acessório às atividades principais.

Despesas operacionais

Representam despesas desprendidas e realizadas pela empresa para manutenção da atividade, reconhecidas conforme o regime de competência, tendo em vista documentos fiscais comprobatórios apresentados pela empresa, compreendidas em: Depreciação de Ativo

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Permanente, Tarifas bancárias, Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Uso e Consumo, entre outras.

Nota 03 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2025	2024
Caixa	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Depósitos Bancários	R\$ 550.774,61	R\$ 68.447,42
Aplicações Financeiras	R\$ 241.769,84	R\$ 293.885,96
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 792.544,45	R\$ 362.333,38

Nota 04 – Clientes

	2025	2024
Clientes Nacionais	R\$ 362.236,78	R\$ 140.974,66
Total	R\$ 362.236,78	R\$ 140.974,66

Nota 05 - Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 13.804,32	R\$ 5.073,82
Adiantamento Férias	R\$ 3.923,68	R\$ 9.734,60
Adiantamento Diversos	R\$ 0,00	R\$ 3.308,20
Adiantamento Estouro Folha Pgto	R\$ 57,98	R\$ 0,00
Total de Estoques	R\$ 17.785,98	R\$ 18.116,62

Nota 06 - Estoques

	2025	2024
Matéria-Prima	R\$ 371.221,76	R\$ 587.187,42
Mercadoria para Revenda	R\$ 66.517,89	R\$ 97.285,82
Produtos Acabados	R\$ 4.117.592,25	R\$ 3.249.038,52
Material Secundário	R\$ 6.821,51	R\$ 204.391,20
Total de Estoques	R\$ 4.562.153,41	R\$ 4.137.902,96

Nota 07 – Tributos e Contribuições a Recuperar

	A CURTO PRAZO		A LONGO PRAZO	
	2025	2024	2025	2024
ICMS CIAP a Recuperar	R\$ 34.993,15	R\$ 6.509,52	R\$ 6.130,60	R\$ 12.625,06
Total	R\$ 34.993,15	R\$ 6.509,52	R\$ 6.130,60	R\$ 12.625,06

Nota 08 – Investimentos

	2025	2024
Ações e Quotas Sicredi	R\$ 10.221,43	R\$ 0,00
Total	R\$ 10.221,43	R\$ 0,00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Nota 09 – Imobilizado

(a) Valor Contábil do imobilizado

	Custo	Deprec. Acum.	Valor Contábil	
			2025	2024
Veículos	R\$ 35.958,67	R\$ 0,00	R\$ 35.958,67	R\$ 35.958,67
Móveis e Utensílios	R\$ 29.728,88	R\$ 3.771,40	R\$ 25.957,48	R\$ 26.738,44
Maquinas e Equipamentos	R\$ 7.504.291,33	R\$ 1.099.320,81	R\$ 6.404.970,52	R\$ 6.667.973,80
Instalações Industriais	R\$ 239.906,32	R\$ 0,00	R\$ 239.906,32	R\$ 239.906,32
Obras em Andamento	R\$ 55.568,79	R\$ 0,00	R\$ 55.568,79	R\$ 55.568,79
Total do Imobilizado	R\$ 7.865.453,99	R\$ 1.103.092,21	R\$ 6.762.361,78	R\$ 7.026.146,02

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias.

Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

A administração não verificou evidências claras na data do balanço patrimonial de desvalorização de ativos imobilizados. Diante disso, a Empresa PODIUM MARMORES E GRANITOS S/A não identificou necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

Nota 10 – Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores diversos	R\$ 890.789,23	R\$ 1.528.236,01
Total	R\$ 890.789,23	R\$ 1.528.236,01

Nota 11 – Obrigações Trabalhistas

	2025	2024
Salários a Pagar	R\$ 4.813,20	R\$ 16.489,34
Pró-labore a Pagar	R\$ 2.702,04	R\$ 2.513,36
Contribuições Sindicais a Recolher	R\$ 557,74	R\$ 938,32
FGTS a Recolher	R\$ 6.833,90	R\$ 3.812,55
FGTS 13º a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 1.601,22
INSS a Recolher	R\$ 25.842,60	R\$ 20.609,06
IRRF a Recolher	R\$ 5.924,39	R\$ 3.363,70
Total	R\$ 46.673,87	R\$ 49.327,55

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Nota 12 – Obrigações Tributárias

	2025	2024
ISS Retido a Recolher	R\$ 10,97	R\$ 11,10
CSLL a Recolher	R\$ 18.112,01	R\$ 19.153,54
IRPJ a Recolher	R\$ 27.540,75	R\$ 29.469,52
COFINS a Recolher	R\$ 9.205,01	R\$ 10.139,97
ICMS a Recolher	R\$ 23.948,79	R\$ 20.393,85
ICMS Diferencial de Alíquota a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 761,65
ICMS Frete a Recolher	R\$ 649,37	R\$ 670,24
IPI a Recolher	R\$ 11.546,35	R\$ 11.146,62
PIS a Recolher	R\$ 1.994,42	R\$ 2.196,99
Total	R\$ 93.007,67	R\$ 93.943,48

Nota 13 – Receitas Operacionais

	2025	2024
Revenda de Mercadorias	R\$ 82.475,75	R\$ 71.536,02
Venda Mercado Interno	R\$ 7.107.431,03	R\$ 8.857.249,85
IPI Faturado	(R\$ 232.792,72)	(R\$ 293.696,73)
Beneficiamento no Mercado Interno	R\$ 368.203,06	R\$ 206.727,71
Total da Receita Operacional Bruta	R\$ 7.325.317,12	R\$ 8.841.816,85
(-) ICMS Sobre Vendas	(R\$ 844.995,97)	(R\$ 1.052.298,34)
(-) PIS Sobre Vendas	(R\$ 42.230,79)	(R\$ 50.766,12)
(-) COFINS Sobre Vendas	(R\$ 194.911,34)	(R\$ 234.305,21)
(-) ICMS diferencial de alíquota sobre vendas	R\$ 0,00	(R\$ 3.017,20)
(-) ICMS Sobre Prestação de Serviço de Transporte	(R\$ 2.858,79)	(R\$ 6.784,07)
Total de Deduções da Receita Bruta	(R\$ 1.084.996,89)	(R\$ 1.347.170,94)
Receita Operacional Líquida	R\$ 6.240.320,23	R\$ 7.494.645,91

Nota 13.1 – Outras Receitas Operacionais

	2025	2024
Descontos Obtidos	R\$ 110.245,16	R\$ 20.052,36
Juros Ativos	R\$ 2.433,65	R\$ 0,00
Outras Receitas Operacionais	R\$ 27.481,60	R\$ 136,92
Demais Juros	R\$ 221,43	R\$ 0,00
Rendimento de Aplicação Financeira	R\$ 3.828,11	R\$ 2.409,41
Subvenção para Investimento	R\$ 341.308,54	R\$ 421.523,39
Total	R\$ 485.518,49	R\$ 447.423,23

Nota 14 – Despesas Operacionais

	2025	2024
Despesas Trabalhistas	R\$ 656.357,91	R\$ 612.977,34
Encargos Sociais	R\$ 240.931,13	R\$ 232.903,76
Despesas Gerais	R\$ 926.876,00	R\$ 885.946,97
Despesas Financeiras	R\$ 57.978,86	R\$ 316.663,36
Despesas Tributárias (inclui IRPJ e CSLL)	R\$ 234.028,39	R\$ 280.115,64
Total	R\$ 2.116.172,29	R\$ 2.328.607,07

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Nota 15 – Patrimônio Líquido

(a) Admissão de novos sócios

No exercício de 2025, o sócio José Darlan da Rocha Fonseca detentor de 163.500 (cento e sessenta e três mil, quinhentas) quotas, cada uma no valor de R\$1,00 (um real), cedeu 161.865 (cento e sessenta e um mil, oitocentos e sessenta e cinco) quotas, perfazendo a quantia de R\$ 161.865,00 (cento e sessenta e um mil, oitocentos e sessenta e cinco reais), para a sócia ingressante pessoa jurídica JDRF PARTICIPAÇÕES LTDA., conforme alteração contratual registrado na JUCEES sob o nº 32300048161 em 01 de dezembro de 2025.

(b) Transformação societária

Nos termos da Ata de Reunião realizada em 01/12/2025 que integra este Ato, o sócio por unanimidade deliberou pela TRANSFORMAÇÃO do tipo social da Sociedade PODIUM MÁRMORES E GRANITOS LTDA. para SOCIEDADE ANÔNIMA POR AÇÕES DE CAPITAL FECHADO, passando assim a sociedade, a partir da data de registro deste ato perante o órgão de registro do comércio competente (JUCCES – Junta Comercial do Estado do Espírito Santo) adotar a denominação social de PODIUM MÁRMORES E GRANITOS S/A., com o nome fantasia “PODIUM MÁRMORES E GRANITOS”.

Em face da transformação para Sociedade por Ações de Capital Fechado, o capital social correspondente a R\$ 163.500,00 (cento e sessenta e três mil e quinhentos reais), representado por 163.500 (cento e sessenta e três mil e quinhentas) quotas sociais, cada uma no valor de R\$ 1,00 (um real), todas subscritas e integralizadas em moeda corrente, direitos e bens, através deste ato convertem-se e transformam-se em 163.500 (cento e sessenta e três mil, quinhentas) ações de classes diversas, assim distribuídas: a) 2.000 (duas mil) ações ordinárias, também denominadas ações de Classe A, todas nominativas, com direito a voto, cada uma no valor nominal de R\$ 1,00 (um real); (b) 161.500 (cento e sessenta e uma mil e quinhentas) ações preferenciais de Classe B, também denominadas ações de Classe B, todas nominativas, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos

(c) Capital Social

O capital social da Empresa PODIUM MÁRMORES E GRANITOS S.A, no valor de R\$ 163.500,00 totalmente subscritas e integralizadas e acomodadas na seguinte forma e proporção 31 de dezembro de 2025.

Sócios	Ações	Valor
José Darlan da Rocha Fonseca	1.635 (1%)	R\$ 1.635,00
JDRF Participações LTDA	161.865 (99%)	R\$ 161.865,00
Total	163.500 (100%)	R\$ 163.500,00

Nota 15.02 - Reservas de Lucro

• Reserva Legal

A empresa Podium Mármores e Granitos S/A, apresenta, em 31 de dezembro, saldo de R\$ 36.016,78 registrado na conta de Reserva de Lucros, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Mediante destinação do resultado positivo apurado ao final de cada exercício social, após a constituição das reservas obrigatórias e observadas as deliberações dos sócios.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

A constituição dessa reserva tem por finalidade fortalecer a estrutura patrimonial da sociedade, proporcionando suporte financeiro para a manutenção das atividades operacionais, realização de investimentos futuros, expansão dos negócios e atendimento às necessidades de capital de giro.

- **Reserva de Incentivos Fiscais**

O saldo da conta “Reserva de Incentivos Fiscais” decorre dos benefícios concedidos por meio do Contrato de Competitividade celebrado com o setor da Indústria de Rochas Ornamentais do Estado do Espírito Santo, conforme disposto no artigo 6º da Lei nº 10.568, de 26 de julho de 2016.

No exercício de 2025, foi destinada à Reserva de Incentivos Fiscais a quantia de R\$762.831,93, considerando o saldo remanescente do exercício anterior no valor de R\$ 511.794,57. Dessa forma, o saldo final da Reserva em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.274.626,50.

- **Reserva de Investimento**

Foi destinada à constituição de Reserva para Investimentos, registrada no Patrimônio Líquido da sociedade o valor de R\$6.627.990,25. Conforme deliberação dos sócios realizada em reunião regularmente convocada, parte do lucro líquido apurado no exercício de 2025.

A reserva foi constituída com o objetivo de financiar projetos de expansão, aquisição de bens do ativo imobilizado, modernização de instalações, desenvolvimento de novos negócios e demais investimentos considerados estratégicos para o crescimento e fortalecimento das atividades da empresa.

Os recursos mantidos nesta reserva permanecem vinculados às finalidades para as quais foram constituídos, podendo ser utilizados de acordo com as necessidades de investimento da sociedade e mediante aprovação dos sócios, observadas as disposições contratuais e a legislação societária aplicável.

Nota 15.03 - Lucros ou Prejuízos Acumulados

No exercício de 2025, a empresa PODIUM MÁRMORES E GRANITOS S/A apurou lucro líquido no montante de R\$ 911.009,58.

Considerando o saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores, no valor de R\$ 8.425.812,60. O sócio deliberou, por meio da Ata Preliminar de Deliberação realizada em 14 de novembro de 2025, pela destinação do montante de R\$ 1.800.000,00 para a conta de lucros e dividendos a pagar, com prazo para liquidação até 31 de dezembro de 2028.

Tendo constituído Reserva de Incentivo Fiscal no valor de R\$ 762.831,93 e Reserva de Investimento no valor de R\$6.627.990,25.

Durante o exercício de 2025, foi realizada a distribuição de lucros aos sócios no valor de R\$ 146.000,00.

Em decorrência dessas movimentações, o saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com a deliberação dos sócios e observadas as disposições

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

legais e contratuais aplicáveis, o lucro líquido apurado no exercício, bem como os saldos de lucros acumulados existentes, foram integralmente destinados durante o exercício social.

As destinações contemplaram a constituição de reservas de incentivos fiscais, reservas para investimentos e a distribuição de lucros aos sócios, conforme aprovado pelos órgãos competentes da sociedade.

Dessa forma, após as destinações realizadas, não remanesceu saldo na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados ao final do exercício, estando os resultados integralmente alocados às respectivas contas do Patrimônio Líquido ou distribuídos aos sócios.

As demonstrações contábeis refletem adequadamente tais movimentações, estando os registros de apuração e distribuição de lucros devidamente suportados por documentação idônea e em conformidade com os princípios e normas contábeis aplicáveis.

Cachoeiro de Itapemirim ES, 31 de Dezembro de 2025.

KARLA FORNAZIER SILOTTI
CPF: 027.684.807-11
CRC 9110 ES
CONTADORA

PODIUM MARMORES E GRANITOS S/A
JOSE DARLAN DA ROCHA FONSECA
CPF: 009.660.807-26
PRESIDENTE